

ORGANIZAÇÕES ERÓGENAS E SEXUALIDADE: AS CASAS DE SWING COMO LOCUS DE PESQUISA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Rafael Diogo Pereira (CEPEAD-UFGM) - rdpereira@face.ufmg.br

Resumo:

No âmbito da Administração, notadamente em sua vertente estrutural-funcionalista, as organizações são comumente tomadas como construtos formais e analisadas sob o prisma da objetividade em termos de produção e eficiência. Entretanto, diversos estudiosos apontam para a importância de se estudar os aspectos subjetivos, simbólicos e as práticas sociais que perpassam o cotidiano das organizações (GAULEJAC, 2007). Nesse sentido, o objetivo deste ensaio é refletir acerca da questão da sexualidade nas organizações, a partir da noção de organizações erógenas, explorando como recorte a problemática das casas de swing. No plano teórico, este artigo encontra-se ancorado no pensamento de Michel Foucault, que em sua obra abordou uma diversidade de temas, dentre eles a questão do poder e da sexualidade (FOUCAULT, 1987; 1988; 1998; 2000; 2008). No tocante à sua relevância, este ensaio contribui ao problematizar uma dimensão fundamental para o indivíduo (a sexualidade) tomando como pano de fundo as organizações, que representam em nossa contemporaneidade espaços de socialização e de significação centrais para os sujeitos. Paralelamente, busca-se evidenciar algumas possibilidades de agenda que as organizações erógenas podem estimular no campo dos Estudos Organizacionais.

Palavras-chave: *Organizações Erógenas, Sexualidade, Poder, Estudos Organizacionais.*

Área temática: *GT-04 Sobre Desigualdades e Interseccionalidades: Discutindo Raça, Gênero, Sexualidade e Classe Social nos Estudos Organizacionais*

IV CBEO - Submissão de Texto Completo – GT 04

Introdução

Baby, essa estrada é comprida
Ela não tem saída
É hora de acordar
Pra ver o galo cantar
Pro mundo inteiro escutar
Baby, a estória é a mesma
Aprendi na quaresma
Depois do carnaval
A carne é algo mortal
Com muita de avançar sinal
Todo jornal que eu leio
Me diz que a gente já era
Que já não é mais primavera
Oh, baby!
A gente ainda nem começou...
(Raul Seixas, 1973 – Cachorro Urubu)

Este ensaio tem por objetivo discutir a questão da sexualidade nas organizações, explorando o conceito de organizações erógenas e tomando como recorte o *locus* das casas de *swing*. As ditas organizações erógenas serão aqui entendidas como espaços cujos aspectos organizacionais se articulam diretamente ao fenômeno da sexualidade. Ou seja, espaços organizacionais cuja mecânica tenha no sexo sua força motriz.

A sexualidade é, sem dúvidas, um dos temas centrais que subjaz e permeia toda essa discussão. Temática que, dada a sua importância, é amplamente trabalhada no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, sobretudo, nos campos da Psicologia, Sociologia e Antropologia. No campo da Administração e, mais precisamente, na vertente dos Estudos Organizacionais a questão da sexualidade ganha relevo em estudos sobre a diversidade sexual, problematizando questões como a homofobia, o assédio moral e a violência (física, moral ou simbólica) em ambientes organizacionais (CAPRONI NETO et al., 2015; CARRIERI, SOUZA e AGUIAR, 2014; DINIZ et al., 2013; SILVA et al., 2013; CARRIERI, AGUIAR e DINIZ, 2013, IRIGARAY e FREITAS, 2011).

Por sua vez, as casas de *swing*, apesar de continuamente referenciadas pela mídia em geral, são curiosamente acompanhadas de uma relativa escassez de estudos no âmbito acadêmico. Teixeira (2015) afirma que apenas recentemente o estudo sobre a prática do *swing* passou a se configurar como uma agenda de pesquisa nas Ciências Humanas, apesar do inegável potencial que o tema evidencia em relação a questões de família, gênero e sexualidade. Em um levantamento preliminar, foram identificados poucos estudos recentes sobre este tema, ancorados nos campos da Sociologia (TEIXEIRA, 2015; VASCONCELOS, 2013), Psicologia (SILVA, 2014; FARIAS, 2012), Psicologia Social (SANTOS, 2010) e Antropologia Social (SILVEIRA, 2014; SILVÉRIO, 2014; VON DER WEID, 2010; VON DER WEID, 2008). No tocante à área da Administração, não foram encontrados estudos que façam sequer referência às casas de *swing*. Nesse sentido, torna-se evidente a lacuna sobre esta temática nos Estudos Organizacionais. O estudo sobre as casas de *swing* estimula um olhar a partir de novos ângulos para se analisar um espaço organizacional, a um só tempo, atípico e excêntrico, abarcando um fenômeno contemporâneo, polêmico e original para este campo do saber.

Do ponto de vista teórico, este ensaio terá como alicerce o pensamento do filósofo francês Michel Foucault, que em suas obras discutiu a questão da sexualidade, do poder, do discurso, dentre inúmeros outros temas (FOUCAULT, 1987; 1988; 1998; 2000; 2008). Contudo, a obra deste pensador não é percebida como a única via de análise do fenômeno em questão, mas apreendida apenas como uma lente teórica especialmente promissora para a problematização da sexualidade nas organizações.

Além desta sucinta introdução, este artigo está estruturado em mais três partes. A primeira, partindo do pensamento de Foucault, busca traçar uma breve contextualização histórica sobre o dispositivo de sexualidade no Ocidente e elabora uma crítica à pretensa hipótese repressiva usualmente aceita. Na sequência, são problematizadas as peculiaridades, os discursos e as contradições que perpassam os debates acerca das casas de *swing*. Por fim, são tecidas algumas considerações e proposições com o intuito de apontar algumas possibilidades de agenda que tais organizações podem fomentar para o campo dos Estudos Organizacionais.

Da Hipótese Repressiva à Prédica Sexual

Foucault (1988) evidencia que a discussão em torno da sexualidade tradicionalmente é conduzida sob a égide de uma “hipótese repressiva”. Tal perspectiva teria ganhado impulso a partir do século XVII, de forma correlata ao desenvolvimento do capitalismo e à imposição da ordem burguesa (FOUCAULT, 1988).

Um rápido crepúsculo se teria seguido à luz meridiana, até as noites monótonas da burguesia vitoriana. A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo (FOUCAULT, 1988, p. 9-10).

Assim, é possível evidenciar a construção do modelo de família burguesa, patriarcal, nuclear e monogâmica que, pouco a pouco, se estabeleceu como regra nas sociedades ocidentais, normatizando, dentro outras questões, a própria sexualidade a partir dos parâmetros de sua conjugalidade idealizada. Tal modelo acopla-se convenientemente às mudanças na ordem político-econômica, que alteraram os modos de produção e fizeram dos corpos alvos de uma *apropriação útil* enquanto força produtiva (FOUCAULT, 1987).

Um princípio de explicação se esboça por isso mesmo: se o sexo é reprimido com tanto rigor, é por ser incompatível com uma colocação no trabalho, geral e intensa; na época em que se explora sistematicamente a força de trabalho, poder-se-ia tolerar que ela fosse dissipar-se nos prazeres, salvo naqueles, reduzidos ao mínimo, que lhe permitem reproduzir-se? (FOUCAULT, 1988, p. 11).

Entretanto, após contornar os alicerces do que denomina como “hipótese repressiva”, Foucault (1988) envereda para a crítica de sua pretensa centralidade e de sua essência exclusivamente proibitiva. É importante ressaltar que o que Foucault (1988) coloca em xeque não é a existência ou a sedimentação histórica de todo um conjunto de aparatos e dispositivos de poder que, de fato, se instalaram em nossa sociedade, cumprindo, dentre outras funções, a de repressão sexual. O que o filósofo questiona é se realmente o conjunto de dispositivos e de discursos que se ocuparam sobre a sexualidade se apoiou unicamente em uma ordem repressiva. Afinal, “o discurso crítico que se dirige à repressão viria cruzar com um mecanismo de poder, que funcionara até então sem contestação, para barrar-lhe a via, ou faria parte da mesma rede histórica daquilo que denuncia (e sem dúvida disfarça) chamando-o repressão?” (FOUCAULT, 1988, p. 15).

O primeiro ponto problematizado pelo filósofo é que a mera tentativa de se reprimir ou se proibir o discurso sobre o sexo estaria inerentemente ligada à irrupção polifônica sobre o tema, concedendo a seus enunciadores o “privilégio da transgressão” e, paralelamente, fomentando uma verdadeira “prédica sexual” em nossa sociedade.

Existe, talvez, uma outra razão que torna para nós tão gratificante formular em termos de repressão as relações do sexo e do poder: é o que se poderia chamar o benefício do locutor. Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada. Quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei; antecipa, por menos que seja, a liberdade futura. Daí essa solenidade com que se fala, hoje em dia, do sexo. [...] Há dezenas de anos que nós só falamos de sexo fazendo pose: consciência de desafiar a ordem estabelecida, tom de voz que demonstra saber que se é subversivo, ardor em conjurar o presente e aclamar um futuro para cujo apressamento se pensa contribuir. Alguma coisa da ordem da revolta, da liberdade prometida, da proximidade da época de uma nova lei, passa facilmente nesse discurso sobre a opressão do sexo. [...] Uma grande prédica sexual – que teve seus teólogos sutis e suas vozes populares – tem percorrido nossas sociedades há algumas dezenas de anos; fustigando a antiga ordem, denunciando as hipocrisias, enaltecendo o direito imediato e do real; fazendo sonhar com uma outra Cidade (FOUCAULT, 1988, pp. 12-13).

Cabe aqui destacar que a sexualidade e os discursos que a circundam serão apreendidos no campo de exercício de poder do qual fazem parte. Em outras palavras, o dispositivo de sexualidade pode e deve ser problematizado a partir dos efeitos de verdade e das relações de poder que o constituem e de todo o conjunto de contra-discursos e resistências que ensejam. Nesse sentido, é válido frisar que, na concepção foucaultiana, não existem relações de poder sem resistência (FOUCAULT, 1986). Para Foucault, o poder em si não existe; o que há são práticas ou relações de poder. Assim, o que define o poder é seu caráter relacional, que se desdobra em uma matriz geral de relações de força em uma dada sociedade e em um recorte temporal específicos. Ou seja, o que se vê são feixes de relações de poder que se auto-constituem, produzem e organizam os domínios em que estão inseridas. As relações de poder se enraízam profundamente no nexos da rede social e o jogo de forças ganha corpo e evidência nos aparelhos organizacionais, na formulação das leis e nas hegemonias sociais, porém, sempre reservando aos sujeitos espaço para resistências e ruptura.

Veja que se não há resistência, não há relações de poder. Porque tudo seria simplesmente uma questão de obediência. A partir do momento que o indivíduo está em uma situação de não fazer o que quer, ele deve utilizar as relações de poder. A resistência vem em primeiro lugar, e ela permanece superior a todas as forças do processo, seu efeito obriga a mudarem as relações de poder. Eu penso que o termo “resistência” é a palavra mais

importante, a palavra-chave dessa dinâmica. [...] Eu penso que a resistência é um elemento das relações estratégicas nas quais se constitui o poder. A resistência se apóia, na realidade, sobre a situação à qual combate (FOUCAULT, 2004, p. 9-10).

É importante ressaltar que toda essa “explosão discursiva” em torno do sexo assinalada por Foucault (1988) não se manifesta apenas no pretense discurso “transgressor” dos sujeitos, mas a partir de todo um conjunto de saberes que, principalmente a partir do século XVIII, tomam para si a tarefa de produzir toda a *verdade* sobre o sexo. Até então, o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil detinham a incumbência de fixar a linha divisória entre o lícito e ilícito do sexo (FOUCAULT, 1988). Porém, pouco a pouco, esses discursos passam a coexistir com os enunciados da Medicina, da Psiquiatria, da Pedagogia, da Jurisprudência, dentre outros, que tomam o sexo como *objeto de verdade*, fazendo aflorar o discurso sobre as múltiplas sexualidades como: a sexualidade da escola, a sexualidade do lar, a sexualidade da prisão, a sexualidade nas relações médico-paciente, pedagogo-aluno, psiquiatra-louco, etc.; eis aí o aflorar de toda uma nova *scientia sexualis* (FOUCAULT, 1988). Mais do que isso, com a emergência da população enquanto um problema político-econômico, a sexualidade desdobra-se como uma dimensão que necessita ser *gerida* sob a lógica do *biopoder* (FOUCAULT, 2009). Assim,

[...] cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas *gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se. Sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de gestão*; deve ser assumido por discursos analíticos. [...] Os governos percebem que não têm que lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um “povo”, porém com uma “população”, com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, forma de alimentação e de habitat. [...] Através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo. Surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico. Aparecem também as campanhas sistemáticas que, à margem dos meios tradicionais – exortações morais e religiosas, medidas fiscais – tentam fazer do comportamento sexual dos casais uma conduta econômica e política deliberada (FOUCAULT, 1988, p. 27-29 – *grifos nossos*).

A discussão anterior levanta dois pontos que demandam uma maior atenção. Primeiramente, é fundamental insistir que todo esse conjunto de mecanismos e saberes que passaram a constituir o dispositivo de sexualidade não se resumiram apenas a um conjunto de interdições, mas, de fato, se edificaram em torno da noção de “utilidade”,

ativando a face positiva do poder e produzindo realidade para os sujeitos. Assim, se faz necessário diferenciar os caracteres negativos e positivos do poder. Ressalta-se que os termos negativo e positivo não são apreendidos por Foucault a partir de uma conotação estritamente moral, mas ancorados nos sentidos de sua efetividade, como repressão *versus* formação ou, ainda, caráter proibitivo *versus* caráter produtivo. Nas palavras do filósofo:

Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele *permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso*. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 1992, p. 7-8 – *grifos nossos*).

O segundo ponto que reclama nosso olhar é o papel central conferido aos casais (ou à família conjugal) na dinâmica do dispositivo de sexualidade. É importante atentar para o fato de que enquanto *instituição* a família canônica, regida pelas leis do matrimônio, foi tradicionalmente o alvo privilegiado da mecânica da sexualidade. Sobre o sexo dos cônjuges recai todo um extenso conjunto de regras, prescrições e constrições incessantemente reatualizadas (FOUCAULT, 1988). A fim de reforçar o peso histórico conferido ao casamento, alguns autores como Santos (2010) buscam a origem do casamento remetendo-se às civilizações antigas, em que já se estabelecia toda uma ritualística em torno dessa união. Contudo, não interessa aqui enveredar por qualquer busca de uma recôndita *origem* do matrimônio, mas indicar genealogicamente alguns feixes implicados na trama histórica que se enredou em torno do casamento nas sociedades ocidentais. Assim, é válido frisar que muito antes da emergência de uma *scientia sexualis*, que desponta no Ocidente mais intensamente a partir do século XVIII, o discurso religioso constituía uma das principais formações discursivas cuja materialidade incidia paulatinamente sobre a regulação sexual dos casais.

Embora na Idade Média o casamento fosse o pior dos bens, era necessário fazer dele uma união sagrada. Tomás de Aquino, por exemplo, em sua Suma Teológica do século XIII, admitia que o matrimônio era um sacramento e que as relações carnavais é que o tornavam indissolúvel. Esse foi um momento de virada na história do casamento ocidental, quando o mesmo passou a excluir a castidade e a exigir o "pecado carnal", transfigurado, a partir de então, em mistério cristológico. Nesse contexto, a sacramentalização e a

indissolubilidade do casamento foram a base do triunfo político da Igreja. Com a sacramentalização do matrimônio, criou-se a necessidade de "ordenação do leito conjugal". Logo, embora imposta a relação carnal no casamento, condenava-se o ardor. Classificaram-se, assim, os atos em permitidos ou proibidos, tendo em vista a função procriadora do sexo. A união no leito conjugal deveria ser fria. Era um modelo de cópula quase desencarnado, com movimentos discretos, controlados, sem paixão (SANTOS, 2010, p. 102).

A regulação imposta pela Igreja ao desqualificar a esfera do prazer e do desejo em prol de uma moralidade austera, calcada em uma noção de sexualidade restrita ao dever de procriação, já era criticada por Nietzsche, quando afirmara:

A Igreja combate as paixões com a extirpação em todos os sentidos: sua prática, sua "cura" é o *castratismo*. Ela nunca pergunta: "Como espiritualizar, divinizar um desejo?" – em todas as épocas, ela deu demasiada importância na disciplina sobre o extermínio (da sensualidade, do orgulho, do anseio de domínio, do anseio de avidez, do anseio de vingança). – Mas atacar as paixões pela raiz, significa atacar a vida pela raiz: a *praxis* da Igreja é hostil à vida... (NIETZSCHE, 2014, p. 31-32 – *grifos no original*).

Nesse sentido, "a família é o cristal no dispositivo de sexualidade: parece difundir uma sexualidade que de fato reflete e difrata. Por sua penetrabilidade e sua repercussão voltada para o exterior, ela é um dos elementos táticos mais preciosos para esse dispositivo" (FOUCAULT, 1988, p. 105). Santos (2010) ressalta que, no Brasil, a questão do casamento, enquanto dispositivo político, chegou a configurar disputa entre o Estado e a Igreja, pois em 1890, com a promulgação do decreto de número 181, o Estado passa a pleitear para si a jurisdição de deliberar sobre o consórcio matrimonial. Contudo, diante da influência exercida pela Igreja na época, o governo provisório foi obrigado a baixar um novo decreto (decreto nº 521) impedindo que a celebração do casamento civil se desse antes da cerimônia religiosa, prevendo, inclusive, punições para os sacerdotes que descumprissem tal prescrição. Porém, ao contrário do que se poderia pensar, com o aflorar dos novos saberes e seus discursos "científicos", o sexo não passou a ser menos regulado e nem a família burguesa tornou-se secundária nessa matriz de poder. Assim, antes mesmo dos processos de "moralização" do proletariado ganharem força, Foucault (1988) aponta que a família burguesa é que se consolida como o modelo de referência e passa a ser continuamente interpelada, dissecada, analisada e atravessada por esses saberes, emergindo como uma

instância de controle e ponto de saturação sexual: foi na família "burguesa", ou "aristocrática", que se problematizou inicialmente a sexualidade das crianças ou dos adolescentes; e nela foi medicalizada a sexualidade feminina;

ela foi alertada em primeiro lugar para a patologia possível do sexo, a urgência de vigiá-lo e a necessidade de inventar uma tecnologia racional de correção. Foi ela o primeiro lugar de psiquiatrização do sexo. Foi quem entrou, antes de todas, em eretismo sexual, dando-se a medos, inventando receitas, pedindo o socorro das técnicas científicas, suscitando, para repeti-los para si mesma, discursos inumeráveis. A burguesia começou considerando que o seu próprio sexo era coisa importante, frágil tesouro, segredo de conhecimento indispensável (FOUCAULT, 1988, p. 114).

Diante do breve percurso até aqui realizado, torna-se evidente a centralidade da *instituição casamento* e toda a economia dos mecanismos de poder que a acompanham. Mais do que isso, ficam explícitos os diversos discursos e dispositivos enredados em seu circuito que sustentam as arestas dos limites entre o certo e o errado, ou, o lícito e o ilícito do sexo em nossa sociedade. É em face deste panorama que desponta a importância de se pensar como determinadas organizações se constituíram como espaços de resistência às normas e aos padrões tidos como hegemônicos, autorizando em seu interior todo um conjunto de práticas (e suas inerentes contradições) que tendem a subverter, ressignificar e/ou reproduzir os “discursos de verdade” (FOUCAULT, 2008) que as margeiam.

As Casas de *Swing* Como Organizações Erógenas

Antes de prosseguir, é importante salientar que, sob o conceito de “organizações erógenas”, percebo a existência de uma pluralidade de espaços e experiências que englobam um vasto campo de experimentação acerca da sexualidade. Ou seja, sob o amplo espectro das organizações erógenas é possível incluir: casas de *swing*, espaços para a prática de BDSM¹, saunas gay, boates de *strip tease*, bordéis, motéis, *sex shops*, produtoras de filmes eróticos, clínicas de terapia sexual, etc... Enfim, sob a alcunha das organizações erógenas, o que busco é evidenciar que nossa sociedade abriga toda uma teia de espaços e seus respectivos usos, que se articulam em torno da sexualidade, constituindo uma verdadeira economia dos corpos e do sexo, aparentemente pouco estudados sob o viés organizacional. Nesse sentido, cabe ressaltar que o recorte deste ensaio sobre as casas de *swing* foi apenas um recurso utilizado para uma melhor estruturação do artigo. As casas de *swing* em nenhum momento são entendidas como o único recorte empírico pertinente para se discutir as organizações erógenas, sendo que

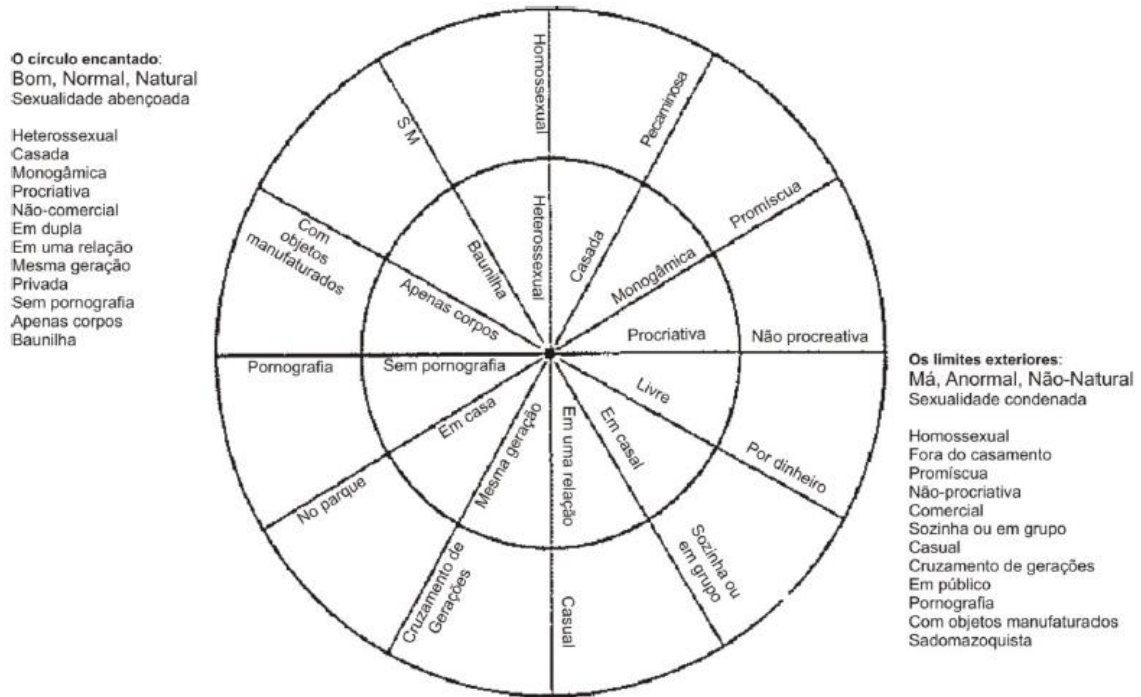
¹ Sigla oriunda da língua inglesa, o termo BDSM busca expressar: BD = Bondage (Amarração/Imobilização com o auxílio de cordas, algemas, lenços, etc.) & Disciplina; DS = Dominação & Submissão; SM = Sadismo & Masoquismo.

sua escolha foi decorrência da identificação deste lócus como uma lacuna nos Estudos Organizacionais e da impossibilidade de uma discussão pormenorizada de todo esse amplo conjunto de espaços organizacionais em um único artigo.

As casas de *swing* podem ser apreendidas como um fenômeno contemporâneo, cuja consolidação ocorreu apenas recentemente, mesmo levando em conta todo o processo de liberação sexual ocorrido a partir da década de 1960 (SILVEIRA, 2014). É válido lembrar que as especificidades que moldam os contornos dos laços conjugais contemporâneos no Brasil ainda estão inegavelmente vinculadas ao modelo tradicional de família e matrimônio (SANTOS, 2010). A instituição do casamento mantém-se como uma referência de grande peso que, para muitos sujeitos, ainda se impõe com sabor de regra. Nesse sentido, torna-se cabível examinar como determinadas organizações, como as casas de *swing*, são capazes de suspender (dentro de suas fronteiras) o conjunto normativo-sexual socialmente imposto aos indivíduos, possibilitando a eles a criação de novos modos de existência. Autores como Rubin (2003) ressaltam que existe todo um conjunto de *práticas sexuais dissidentes* em nossas sociedades, ainda que muitas delas se manifestem dentro de uma matriz heteronormativa. A autora desenvolve um inventário (Figura 1) que, apesar de seu esquematismo, evidencia de que forma nossa sociedade opera criando jogos de diferença entre as práticas sexuais que estão no “centro” sustentadas como “normais”, “naturais” e “boas”, enquanto as “de fora” deste centro são desqualificadas como “más”, “anormais” e “não naturais”. Nesse sentido, as casas de *swing* emergem como lugares privilegiados para a vivência ou experimentação de práticas usualmente consideradas “desviantes” ou “dissidentes” em nossa sociedade. Assim, parte-se do pressuposto de que espaços como esses, aqui inseridos na concepção de *organizações erógenas*, propiciam uma ruptura simbólico-performativa aos sujeitos que as frequentam, dissolvendo, ainda que temporariamente, a solidez pétrea de nossa moralidade sexual.

Este tipo de moralidade sexual [tradicional] tem mais em comum com as ideologias do racismo do que com uma verdadeira ética. Concede virtude aos grupos dominantes e relega o vício aos não privilegiados. Uma moralidade democrática deveria julgar os atos sexuais pela forma através das quais um parceiro trata o outro, o nível de consideração mútua, a presença ou ausência de coerção, e a quantidade e qualidade dos prazeres que eles proporcionam. Quer os atos sexuais sejam heteros ou gays, em casal ou em grupo, nus ou com roupa íntima, comercial ou não comercial, com ou sem vídeo, não deveriam ser preocupações éticas (RUBIN, 2003, p. 17).

Figura 1 – Círculo Encantado da Sexualidade



Fonte: extraído de Rubin, 2003, p. 17.

Nesse ponto, é válido resgatar mais uma noção tomada de Foucault (1993) que pode se mostrar de grande valia para a problematização das organizações erógenas: as práticas de si. Para o filósofo, os sujeitos desenvolvem e se apoderam de um conjunto de “práticas de si”, ou “técnicas do eu”, compreendidas aqui como o trabalho que o indivíduo desempenha sobre si mesmo para se constituir como sujeito – “sujeito que conhece e que, portanto, é sujeito daquilo que diz como verdade; sujeito político, isto é, sujeito daquilo que faz no contexto das relações com os outros; e sujeito moral, sujeito da conduta que ele tem consigo mesmo no campo da moral” (NOTO, 2009, p. 27).

Ao analisar a experiência da sexualidade e a história da experiência da sexualidade, fiquei cada vez mais consciente de que, em todas as sociedades, existem outros tipos de técnicas, técnicas que permitem aos indivíduos efetuarem um certo número de operações sobre os seus corpos, sobre as suas almas, sobre o seu próprio pensamento, sobre a sua própria conduta, e isso de tal maneira a transformarem a si próprios, a modificarem-se, ou a agirem num certo estado de perfeição, de felicidade, de pureza, de poder sobrenatural e assim por diante. Chamemos a estes tipos de técnicas de técnicas ou tecnologias do eu (FOUCAULT, 1993, p. 207).

Para Adverse (2010) o estudo das práticas de si (envolvendo aí as diversas modalidades de exercício do poder sobre o outro e sobre si mesmo) integra uma “ontologia do presente” na medida em que abre possibilidades de autoconstituição de si distintas daquelas que nos são oferecidas no presente.

Mas não se trata de um receituário filosófico: trata-se, antes, de abalar a universalidade daquilo que é reconhecido como óbvio no tempo atual como estratégia para promover outras formas de subjetividade. Na verdade, esse é o trabalho ético que está reservado a todos nós e que Foucault certa vez formulou de maneira muito sugestiva e reveladora: o que está em jogo é um “trabalho paciente que dê forma à impaciência da liberdade”. Essa declaração é reveladora porque deixa transparecer uma tese de fundo que orienta toda a reflexão de Foucault: a de uma indeterminação radical de nossa existência. Mas se essa indeterminação pode ser entendida negativamente como a necessidade de ultrapassamento de limites, ela também pode ser tomada positivamente como o trabalho constante de dar forma à própria existência (ADVERSE, 2010, p. 150).

Foucault (1988, p. 141) afirma que “o dispositivo de sexualidade deve ser pensado a partir das técnicas de poder que lhe são contemporâneas”. Podemos partir desta provocação para analisar as casas de *swing* e as práticas de si criadas e acionadas pelos sujeitos praticantes, a fim de ressignificarem suas noções de conjugalidade. Assim, proponho a adoção de uma perspectiva que não reduza a questão da sexualidade apenas a processos biológicos, fisiológicos, instintivos ou psíquicos, mas que a repositicione na complexidade que lhe é própria, ou seja, como alvo e guardida para o poder, na intersecção dos corpos e dos saberes. Parto do pressuposto de que a sexualidade não se manifesta apenas fechada a um circuito de interdições e normas, mas que também pode constituir ponto de partida e matéria prima para os sujeitos acederem a uma vida criativa, experimentando e criando outros modos de existência.

A sexualidade faz parte de nossa conduta. Ela faz parte da liberdade em nosso usufruto deste mundo. A liberdade é algo que nós mesmos criamos — ela é nossa própria criação, ou melhor, ela não é a descoberta de um aspecto secreto de nosso desejo. Nós devemos compreender que, com nossos desejos, por meio deles, instauram-se novas formas de relações, novas formas de amor e novas formas de criação. O sexo não é uma fatalidade; ele é uma possibilidade de aceder a uma vida criativa (FOUCAULT, 2004, p. 1).

No tocante às práticas de “*swing*” ou “troca de casais”, é factível inferir que esta prática tenha existido ou exista em diversas culturas sob diferentes denominações. Bergstrand e Williams (2000), por exemplo, assinalam que durante a década de 1950 nos E.U.A. foram encontrados registros na mídia acerca de um “novo fenômeno” de troca de

esposas (*wife swapping*), em que casais se reuniam nos chamados “clubes das chaves”, onde os maridos empilhavam suas chaves no centro de uma sala, que, na sequência, eram distribuídas aleatoriamente entre as esposas. Assim, via sorteio, o proprietário de cada chave tornava-se o parceiro sexual dessa mulher naquela noite. Os mesmos autores ainda buscam definir a prática do *swing* como uma espécie de “monogamia emocional” atrelada a uma poligamia sexual, listando, inclusive, seus supostos benefícios. Nas palavras deles:

Swing é uma atividade sexual não monogâmica, tratada como qualquer outra atividade social, que pode ser experimentada por um casal. A monogamia emocional, ou o compromisso com a relação de amor com o parceiro de matrimônio, se mantém como o foco principal. O *swing* geralmente é praticado na presença do outro cônjuge e exige o consentimento de ambos para que a experiência ocorra. Embora os adeptos do *swing* frequentemente se tornem amigos íntimos de outros casais praticantes, existem regras que restringem o envolvimento emocional com parceiros não-conjugais. Ao mesmo tempo em que o *swing* envolve manter relações sexuais com outras pessoas além do cônjuge, seus adeptos afirmam que a prática fortalece a relação do casal tanto sexualmente quanto emocionalmente. Ao remover o sigilo e a desonestidade inerente aos desejos naturais pela variedade sexual, o casal pode explorar suas fantasias juntos sem mentiras ou culpa. Ao eliminar da relação a necessidade de adultério, um novo nível de confiança e de abertura sobre todos os sentimentos entre os cônjuges é supostamente alcançado sem a carga destrutiva dos ciúmes (BERGSTRAND e WILLIAMS, 2000; p. 1 – tradução minha).

Bartell (1971) é autor de um trabalho seminal sobre o assunto, intitulado *Group Sex* e ancorado no campo da Antropologia. Nele, o autor indica que já existiam casais nos EUA que praticavam o sexo grupal, desde a década de quarenta. Contudo, Bartell (1971) assinala que o termo *swing* e a popularização da prática toma corpo somente a partir do início da década de sessenta, em um contexto onde ainda não existiam clubes de *swing* e cujos raros discursos sobre o tema, surgidos na mídia, vinham acompanhados de um tom fortemente repressor e moralista.

Foi somente na década de 1980 que o termo veio a ser apropriado como um estilo de vida, ou *lifestyle*, como forma de ressignificar o uso que se tinha antes. Ao longo dos anos, este *lifestyle swinger* cresceu, sobretudo nos Estados Unidos, se difundindo enormemente. Apesar de ainda ser visto como tabu, é possível achar muita coisa sobre o assunto em uma rápida procura pela internet. Reportagens televisivas também já exploraram largamente o tema, sobretudo em canais fechados, mas quase sempre ressaltando o caráter exótico e vanguardista da prática (SILVEIRA, 2014, p. 26).

Silveira (2014) conjectura que, no Brasil, a prática de *swing* começa a ganhar terreno a partir da década de 1970 e que atualmente as grandes cidades do País contam, ao menos, com uma casa de *swing*, tendo estas se tornado um dos espaços privilegiados para o encontro dos adeptos desta prática.

Atualmente, falar sobre *swing* de maneira desvinculada aos clubes onde ocorrem as práticas torna-se um exercício difícil, pois tais lugares adquiriram grande importância de algumas décadas para cá. Ainda que muitos/as frequentadores/as não façam nenhum intercurso sexual nos clubes de *swing* - preferindo lugares mais reservados como motéis, por exemplo - estes espaços de sociabilidade são usados para conhecer outros sujeitos interessados nas práticas sexuais que o *swing* inclui. O lugar ainda constitui-se como um espaço de diálogo sobre o tema carregado de elementos simbólicos (SILVEIRA, 2014, p. 19).

Para Santos (2010) a troca entre casais não é apenas uma experimentação efêmera, mas, ao invés disso, uma opção por outro modo de existência no casamento. Esta via alternativa seria sustentada pela cumplicidade do casal e através de uma ressignificação do contrato sexual discutido e vivido em comum acordo. Ainda para o autor, esse modelo de existência estaria aliado à busca da autorrealização dos indivíduos e voltado para a maximização de uma autêntica expressão do desejo.

Desde o início dos anos sessenta, produziu-se um verdadeiro processo de liberação. Este processo foi muito benéfico no que diz respeito às mentalidades, ainda que a situação não esteja definitivamente estabilizada. Nós devemos ainda dar um passo adiante, penso eu. Eu acredito que um dos fatores de estabilização será a criação de novas formas de vida, de relações, de amizades nas sociedades, a arte, a cultura de novas formas que se instaurassem por meio de nossas escolhas sexuais, éticas e políticas (FOUCAULT, 2004, p. 3).

O prazer também deve fazer parte de nossa cultura. É muito interessante notar, por exemplo, que, depois de séculos as pessoas em geral — mas também os médicos, os psiquiatras e mesmo os movimentos de liberação — têm sempre falado do desejo e nunca do prazer. “Nós devemos liberar o nosso desejo”, dizem eles. Não! Devemos criar prazeres novos. Então, pode ser que surja o desejo (FOUCAULT, 2004, p. 6).

Apesar de a possibilidade de rompimento e de criação de outros modos de existência através da prática do *swing* ser aqui considerada, é importante problematizarmos as práticas de si e os processos de constituição dos sujeitos a partir de uma perspectiva historicizada, contingente e situada. Em outras palavras, deve-se evitar idealizar as casas de *swing* simplesmente como espaços redentores ou libertadores dos indivíduos.

Também caracterizar o *swing* como ideologia ou prática libertária seria negar a realidade dos *swings* observados que se mostraram, salvo exceções, muito

mais como um reflexo ampliado das relações sociais que os próprios *swingers* criticam (TEIXEIRA, 2015, p. 8).

Assim, é fundamental que as casas de *swing* e suas práticas sejam captadas a partir das tramas de saber e poder, que abrem diante de si um exercício *agonístico* para os sujeitos que se constituem em meio aos discursos de seu tempo e contra as normas socialmente sancionadas. Isto é, o importante é evidenciar toda a complexidade e as contradições presentes nos processos de criação desses outros modos de vida. Nesse ínterim, também é importante que não se adote uma postura prescritiva em relação à prática do *swing*. Ou seja, não se trata de colocar o *swing* como resposta ou solução aos eventuais dilemas que a convenção do casamento possa abrigar em suas arestas, mas apontar justamente a singularidade, as resistências e as respostas contingentes dos sujeitos em seu ininterrupto processo de constituição.

Teixeira (2015) caminha na mesma direção ao sublinhar a existência de feixes contraditórios de discursos que permeiam o universo *swinger*. Para a autora, a prática do *swing* pode, de fato, contribuir para que as pessoas se libertem de determinadas amarras sociais, colocando em xeque a hipocrisia e a repressão sexual engendradas pelos padrões morais hegemônicos. Por outro lado, esse suposto potencial de ruptura e de transformação social, muitas vezes oculta o reforço e a reprodução dos controles sexuais presentes nos dispositivos de sexualidade que supostamente seriam combatidos.

Se à primeira vista o *swing*, devido a seus discursos e à própria natureza da atividade, parece contestar a monogamia e a institucionalização do casamento, a observação de campo aponta em sentido oposto. O *swing* se mostra como uma atividade de atualização do casamento monogâmico heterossexual enquanto norma social e, principalmente, como protótipo da institucionalização da reprodução das relações de gênero (TEIXEIRA, 2015, p. 8).

Proposições, Provocações e Possibilidades

Nós não vivemos num espaço neutro, plano. Nós não vivemos, morremos ou amamos no retângulo de uma folha de papel. Nós vivemos, morremos e amamos num espaço enquadrado, recortado, matizado, com zonas claras e escuras, diferenças de níveis, degraus de escadas, corcovas, regiões duras e outras friáveis, penetráveis, porosas. Há regiões de passagem: ruas, trens, metrô; regiões do transitório: cafés, cinemas, praças, hotéis, e também as regiões fechadas do repouso do lar. Eu sonho com uma ciência que teria como objeto esses espaços diferentes. Esses outros lugares, essas contestações místicas e reais do espaço em que vivemos. Essa ciência não

estudaria as utopias, pois é preciso reservar esse nome para o que não tem lugar. Mas ela estudaria as heterotopias, espaços absolutamente outros. E forçosamente a ciência em questão se chamaria “heterotopologia”, o lugar que a sociedade reserva nessas margens, nas praias vazias que a envolvem. Esses lugares são principalmente reservados aos indivíduos cujo comportamento é desviante em relação à média ou à norma exigida. [...]. (Trecho transcrito de “Foucault por ele mesmo” - Documentário de Philippe Calderon, 2003).

Tomando como ponto de partida esse instigante excerto de Foucault, o que busquei neste artigo foi ensaiar, ainda que de forma canhestra, alguns passos em direção a uma “heterotopologia” das organizações erógenas, apreendendo tais espaços organizacionais como apêndices concreto-simbólicos de nossa sociedade, cujo lugar reservado à margem vem acompanhado de um conjunto de possibilidades de resignificação ou ruptura que permitem aos sujeitos que os povoam transformar, criar ou recriar seus modos de vida.

Conforme já mencionado, no campo da Administração, os estudos sobre a questão da sexualidade estão mormente orientados para a discussão da diversidade sexual sob viés das práticas discriminatórias e do assédio moral nas organizações. Tais trabalhos são oportunos e lançam luz sobre a necessidade de se refletir sobre práticas opressoras calcadas na discriminação sexual que se instalam nos espaços organizacionais. Entretanto, é válido ressaltar que, em sua maioria, esses trabalhos problematizam a questão da sexualidade exclusivamente sob o viés da repressão ou da interdição sobre os sujeitos. Nesse sentido, este artigo nos convida a problematizar a sexualidade nas organizações, tomando como base as relações de poder, não apenas sob o seu viés repressivo, mas também sob a perspectiva emancipatória. Isto é, amplia-se a discussão sobre a sexualidade abarcando a possibilidade de (micro)rupturas e/ou (micro)emancipações, ao se problematizar de que forma os sujeitos têm buscado resignificar suas práticas sexuais e inaugurar para si novos modos de existência.

A discussão sobre os modos de emancipação é um tema caro para a vertente dos Estudos Organizacionais. A própria questão da sexualidade já foi apontada em estudos como o de Behr e Paes de Paula (2014) como uma dimensão de difícil resignificação. Ao estudarem o caso de uma colônia anarquista implantada no sul do Brasil no final do século XIX, a Colônia Cecília, os autores em questão asseveram que “a dificuldade para que o ideal anarquista fosse entendido por todos no que se refere ao amor livre foi também motivo da dissolução da colônia” (BEHR, PAES DE PAULA, 2014, p.15).

Assim, este ensaio também nos incita a problematizar a questão da ressignificação das práticas sexuais, partindo da complexidade dos sujeitos e evidenciando o caráter contingente e situado das práticas de emancipação. Ou seja, eventualmente, os sujeitos se mostram capazes de romper com o modo de produção capitalista, mas não com os parâmetros normativos de sexualidade (caso da Colônia Cecília) ou vice-versa (caso das casas de *swing* indiscutivelmente inseridas na lógica do capital).

Este ensaio também propõe tratar a sexualidade como um fenômeno político, imbuído de contradições, desigualdades e modos de opressão. Em consonância com Rubin (2003, p.1) entende-se que “como em outros aspectos do comportamento humano, as formas institucionais concretas da sexualidade em um determinado tempo e lugar são produto da atividade humana. São imbuídas de conflitos de interesse e manobras políticas, ambas deliberadas e incidentais”.

No tocante às casas de *swing*, estas representam uma autêntica lacuna no âmbito dos Estudos Organizacionais. Contudo, penso que a simples identificação de qualquer lacuna não justifica *per se* a abertura de uma frente de pesquisa. O que deve ser considerado é a riqueza dos fenômenos e seu potencial de contribuição para o debate em nosso campo. Nesse sentido, a análise dos espaços dedicados à prática de *swing* pode ampliar nosso olhar para o fenômeno das organizações erógenas. Como já frisado, as organizações erógenas, dentre elas as casas de *swing*, afloram como espaços dotados de uma capacidade ímpar de abrir aos sujeitos todo um campo de possibilidades de ressignificação, de vivências e de contradições, raramente explorado sob o viés organizacional. Assim, este ensaio se alia à expectativa de incentivar a criação de agendas de pesquisa voltadas para o estudo de tais espaços, abarcando seus aspectos subjetivos, simbólicos e políticos, que se ocultam na dinâmica organizacional. Paralelamente, o que se busca é colocar em questão o paroxismo moral de nossas sociedades e, o que é mais importante, evidenciar formas alternativas pelas quais os sujeitos têm criado outros modos de vida, em busca de uma existência mais aprazível.

Em termos de agenda, naturalmente uma infinidade de possibilidades pode ser esboçada, levando em conta a diversidade de posicionamentos epistemológicos e caminhos metodológicos presentes em nosso campo. Teixeira (2015), por exemplo, percebe as pesquisas sobre as casas de *swing* como um campo em plena constituição e que pode ser explorado a partir da análise de diversos aspectos, tais como:

o vocabulário dos *swingers*; a história e o estado atual do *swing* no mundo, no Brasil [...] e na Internet; o papel das redes sociais no *swing*; estatísticas ou números referentes à quantidade de casas, praticantes e sua distribuição no espaço ou o cruzamento com outros dados como classe social, posicionamento político, religião, etc.; o tipo de relação que o *swing* estabelece com outros produtos do mercado de bens sexuais e outras práticas, como a pornografia e o sadomasoquismo; ou uma análise do *swing* no Brasil usando perspectivas teóricas sobre sexualidades brasileiras (TEIXEIRA, 2015, p. 45).

Partindo da perspectiva aqui adotada, ancorada em uma leitura pós-estruturalista do pensamento de Foucault, percebo como frutífera a possibilidade de analisar a dinâmica das casas de *swing*, evidenciando os regimes de verdade, os dispositivos de poder e as práticas de si envolvidas nos processos de construção de conjugalidades contemporâneas. Nessa linha, uma via interessante seria o levantamento trajetórias de vida de proprietários de casas de *swing* e de casais adeptos à prática, evidenciando as práticas de si desenvolvidas e os contornos singulares desse *ethos* ressignificado de conjugalidade. Outro caminho pertinente seria o da análise da diferenciação dos espaços, das regras de conduta, dos rituais, dos elementos simbólicos, das práticas e dos usos que tais organizações comportam. Paralelamente, também é relevante abarcar a análise dos diferentes discursos e de seus regimes de verdade que circundam o fenômeno do *swing*, abarcando diferentes feixes de saber, como: o midiático, o religioso, o jurídico, etc. Em suma, o que aqui se esboça é um convite para lançarmos o olhar para esses “lugares outros” à margem de nossa moral e de nossa miopia.

Referências

- ADVERSE, H. O que é “Ontologia do Presente”? *NuntiusAntiquus*, Belo Horizonte, n. 6, dez. 2010.
- ARAÚJO, I. L. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: Editora UFPR, 2008.
- BARTELL, G. D. *Amor em Grupo, um testemunho visual de um cientista sobre o amor grupal, o american way of swinging*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1971.
- BEHR, R. R.; PAES DE PAULA, A. P. Autogestão e Lógica de Mercado: A experiência da Colônia Cecília. *Revista Org&Demo*, Marília, v. 15, n. 2, p. 9-24, jul./dez. 2014.
- BERGSTRAND, C. & WILLIAMS, J. B. Today’s alternative marriage styles: the case of *swingers*. *Electronic Journal of Human Sexuality*. Vol. 3, oct.10, 2000.

CARRIERI, A. P.; SOUZA, E. M.; AGUIAR, A. R. C. Trabalho, violência e sexualidade: estudo de lésbicas, travestis e transexuais. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 18, n. 1, p. 78-95, 2014.

CARRIERI, A. P.; AGUIAR, A. R. C.; DINIZ, A. P. R. Reflexões sobre o indivíduo desejante e o sofrimento no trabalho: o assédio moral, a violência simbólica e o movimento homossexual. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 165-180, 2013.

CAPRONI NETO, H. L. C.; BRETAS, P. F. F.; SARAIVA, L. A. S.; SILVA, A. N. Desenhando a vivência: um estudo sobre sexualidade, trabalho e tabu de homens gays. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, Natal, v. 9, n. 2, p. 189-216, 2015.

DINIZ, A. P. R.; CARRIERI, A. P. ; GANDRA, G. ; BICALHO, R. A. Políticas de Diversidade nas organizações: as relações de trabalho comentadas por trabalhadores homossexuais. *Revista Economia & Gestão*, v. 13, p. 93-114, 2013.

FARIAS, Y. M. A. T. *Sobre ciúme e swing: quando três não são demais*. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *História da Sexualidade II: O Uso dos Prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. Qu'est-ce que les Lumières? In: FOUCAULT, M. *Ditsetécrits IV*. Paris: Gallimard, 1994.

_____. *Microfísica do Poder*. 15. ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

_____. Michel Foucault, Uma Entrevista: Sexo, Poder e a Política da Identidade. *Verve*, São Paulo, n. 5, p.260-277, 2004.

_____. *A Arqueologia do Saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GAULEJAC, V. Crítica dos fundamentos da ideologia de gestão. IN: CHANLAT, J. F.; FACHIN, R.; FISCHER, T. *Análise das organizações: Perspectivas latinas* (Vols. 1). Porto Alegre, RS: Ed. da UFRGS. 2007.

IRIGARAY, H. A. R.; FREITAS, M. E. Sexualidade e organizações: estudo sobre lésbicas no ambiente de trabalho. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 18, n. 59, p. 625-641, 2011.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Crepúsculo dos Ídolos ou Como se Filósofa com o Martelo*. Petrópolis: Vozes, 2014.

NOTO, Carolina de Souza. *A ontologia do sujeito em Michel Foucault*. Dissertação de Mestrado em Filosofia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

- PEREIRA, Rafael Diogo. O sujeito em Foucault: Pressupostos, Possibilidades e suas Interlocações com os Estudos Organizacionais. In: ENANPAD, 39, 2015. Belo Horizonte. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2015.p. 1-16.
- PETERS, M. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença – uma introdução*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- RUBIN, Gale. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, p. 1-88, 2003.
- SANTOS, M. A. *Prometo-te ser Fiel no Casamento e no Swing*. 2010. 150 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.
- SILVA, C. J. *Um Estudo sobre a Prática do Swing sob a Ótica da Psicanálise*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação em Psicologia)– Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2014.
- SILVA, A.; FURTADO, G. M., LIMA, T. C. B., FERRAZ, S. F. S.; CABRAL, A. C. A. Sentido do Trabalho e Diversidade: um Estudo com Homossexuais Masculinos. *Revista ADM. MADE*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 85-105, 2013.
- SILVEIRA, R. M. *Nem tudo é possível, e muita coisa é obrigatória: um estudo da prática do swing em Goiânia*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.
- SILVÉRIO, M. Gênero, sexualidade e *swing*: a ressignificação de valores através da troca de casais. *Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 111-139, 2014.
- TEIXEIRA, Marina Duarte. *Swing: Troca de casais ou troca de mulheres?* Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal Pernambuco, Recife, 2015.
- VASCONCELOS, E. O sexo e a cidade: notas sobre as sexualidades e a vivência no *swing*. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 25, n. 2, p. 192-204, 2013.
- VON DER WEID, O. *Swing, o adultério consentido*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 789-810, set./dez. 2010.
- VON DER WEID, O. *Adultério Consentido: gênero, corpo e sexualidade na prática do swing*. 2008. 142 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.